Agência iNFRA
iNFRANotícias – Transportes e Regulação
Brasília, 17 de dezembro de 2024
edição 1.897

Bom dia!

Nesta edição: Aviação Civil | Agências Reguladoras | Leilão | Saneamento | MPF no Trip | Rodovida | Diário Oficial | Agenda | Monitor | Fique de Olho | Clipping

ANAC APROVA NOVO MODELO DE FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL, ADOTANDO A REGULAÇÃO RESPONSIVA

---

da Agência iNFRA

A diretoria da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) aprovou hoje (16) em reunião extraordinária um novo modelo para a fiscalização do setor de aviação civil, incluindo o setor aeroportuário e aeroviário, incentivando a regulação responsiva no órgão.

A proposta aprovada revoga a Resolução 472/2018, que regulava o tema na agência e, segundo uma análise, gerava alto volume de processos e baixa efetividade, com problemas para que as empresas reguladas cumprissem compromissos e melhorassem a prestação de serviços.

A tentativa agora é buscar um modelo em que serão dados incentivos pela agência para melhorias na prestação dos serviços, dentro do modelo de regulação responsiva, buscando uma redução da litigiosidade com os regulados e um processo administrativo mais eficaz para punições.

A proposta aprovada prevê uma nova sistemática de dosimetria de sanções, novas espécies de providências administrativas (como advertência e obrigação de fazer), melhoria de etapas processuais, revisão da dosimetria das penas e incentivos de cooperação entre regulados e a agência, de acordo com a nota técnica que baseou o voto do relator, o diretor Ricardo Catanant.

De acordo com o relator do processo, houve pequenas alterações quanto à proposta que passou por audiência pública, especialmente com melhoria da redação para dar maior clareza ao texto. Entre as mudanças, está o aumento do período para que a norma tenha validade, que será de 180 dias.

Também houve orientação por parte da diretoria para que haja treinamento específico dos servidores da agência para o tema da regulação responsiva, como forma de tornar eficaz esse instrumento regulatório, que requer maior diálogo entre reguladores e regulados, numa agência conhecida no setor por um rigor considerado excessivo em várias áreas.

E, ainda, que seja realizada uma ARR (Avaliação de Resultado Regulatório) em cinco anos, dentro de um modelo de revisão contínua dos procedimentos, melhoria nos processos de comunicação interna e com o público e também treinamento com os servidores.

“Uma das primeiras percepções por parte da equipe de projeto é que não se trata de uma mudança de procedimento, mas sim da sedimentação de uma cultura regulatória, a exigir adaptação progressiva tanto dos agentes estatais envolvidos em sua aplicação quanto dos profissionais e entes regulados atuantes no setor e responsáveis em última medida pela aplicação das regras e procedimentos definidos pelo Poder Público”, informa um trecho da nota técnica.

Reequilíbrio em Brasília e consenso do Galeão

Os diretores da agência também aprovaram um acordo para reequilíbrio do contrato de concessão da Inframérica, concessionária do Aeroporto de Brasília (DF), em decorrência de desequilíbrios causados pela Covid-19, relatado pelo diretor Luiz Ricardo Nascimento.

Em relação ao Galeão, o governo federal e a RioGaleão, concessionária do aeroporto internacional Tom Jobim (Galeão), fecharam um acordo, nesta segunda-feira (16), para manter a atual empresa na administração do terminal. O entendimento foi feito sob a supervisão da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso) do TCU (Tribunal de Contas da União), mas ainda precisa ser validado pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e pelo plenário da Corte.

“O MPor está trabalhando de maneira coletiva e reitera seu compromisso com o fortalecimento da aviação no estado do Rio de Janeiro, com foco no desenvolvimento econômico, geração de empregos e renda no Brasil”, informou o Ministério de Portos e Aeroportos à **Agência iNFRA**.

O processo ainda não é público, mas um dos principais pontos é o valor da outorga que a Changi precisa pagar anualmente para a União, de R$ 1,4 bilhão, em números corrigidos. O entendimento também pode postergar o prazo do contrato em mais cinco anos. O prazo original do contrato termina em 2039.

A Changi é a principal acionista da concessão, e o acordo pode viabilizar a saída da Infraero da concessão – que detém 49% da empresa. Procurada, a concessionária afirmou que aguardará para se manifestar após a finalização das próximas etapas do processo. A empresa “reforça seu compromisso em operar com a excelência e segurança já reconhecidas, além de atuar no desenvolvimento comercial do aeroporto, com políticas voltadas para atrair companhias aéreas, passageiros e novos negócios”, informou em nota.

GUILHERME SAMPAIO E TIAGO FAIERSTEIN SÃO INDICADOS PARA COMANDAR ANTT E ANAC; ANTAQ NÃO TEM INDICADO

Dimmi Amora, da Agência iNFRA

Foram publicadas na noite desta segunda-feira (16) no Diário Oficial da União as mensagens com as indicações para diretores de agências reguladoras, com a confirmação de nomes que já vinham sendo anunciados e algumas surpresas nas agências reguladoras ligadas ao setor de transportes.

Guilherme Sampaio foi confirmado como indicado para a vaga de diretor-geral da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), em substituição a Rafael Vitale, que deixa o cargo em fevereiro. Sampaio, que já é diretor da agência, deixará uma vaga que acabou não tendo indicação. A outra vaga da agência, que será aberta com a saída do diretor Luciano Lourenço, também não foi indicada.

O atual diretor comercial da Infraero, Tiago Faierstein, foi confirmado para diretor-presidente da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), com a retirada do nome que havia sido indicado para presidir a agência no ano passado, o diretor Tiago Pereira.

Pereira vinha tentando apoio do ministro da pasta, Silvio Costa Filho, para se manter à frente da agência, onde estava provisoriamente desde o ano passado, mas foi preterido por Faierstein, indicado do candidato à presidência da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de quem Costa Filho é próximo.

Na ANAC também foi indicado o brigadeiro Rui Chagas Mesquita para a vaga aberta na agência desde agosto. No entanto, não houve indicação para uma vaga que vai se abrir em março, com a saída do diretor Ricardo Catanant.

Nessa agência, havia acordo para outras duas indicações, a de Leandro Monteiro, que é da carreira de aviação civil e está cedido ao Senado no gabinete do senador Wilder Moraes (PL-GO), e Mathias Nogueira Moreira, atual presidente do conselho da Infra S.A., estatal do Ministério dos Transportes, que seria indicado pelo ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas.

Sem indicações na ANTAQ

As três indicações só seriam possíveis se fosse mantido o nome de Tiago Pereira. Como ele foi preterido, há apenas duas vagas, e uma foi ocupada pelo brigadeiro Rui Chagas Mesquita, que é indicado do Palácio do Planalto. A vaga que sobrou estava sendo disputada entre os outros dois e acabou sem indicação.

Assim como também não houve nome indicado para a diretoria-geral da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), cujo mandato atual, de Eduardo Nery, encerra-se em fevereiro de 2025. Essa vaga estava acertada para Frederico Dias, secretário-geral do TCU na gestão de Bruno Dantas.

Três diretores na ANA

Já na ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) foram feitas as três indicações de diretorias vagas e que vão vagar em 2025. Larissa de Oliveira Rêgo vai ocupar uma vaga aberta desde o ano passado, com a saída de Vitor Eduardo de Almeida Saback para o Ministério de Minas e Energia.

Ela está no Ministério de Desenvolvimento Regional e seria indicada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). Cristiane Collet Battiston foi indicada para a vaga de Filipe de Mello Sampaio Cunha, que deixará a diretoria em 15 de janeiro. Ela é servidora federal e tem apoio da Casa Civil, onde está trabalhando no momento.

Leonardo Góes da Silva ocupará a vaga de Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos. Ele é presidente da Embasa e foi indicação do senador Jaques Wagner (PT-BA).

EPR É A ÚNICA EMPRESA A APRESENTAR PROPOSTA PARA LEILÃO DO LOTE 6 DE RODOVIAS DO PARANÁ

Sheyla Santos, da Agência iNFRA

A EPR, associação das empresas Equipav e Perfin, será a única companhia a participar do leilão do lote PR6 das Rodovias Integradas do Paraná, disseram à **Agência iNFRA** fontes a par do assunto. A entrega do envelope do certame a ser realizado nesta quinta-feira (19), na B3, ocorreu na segunda (16).

O PR6 compreende as rodovias BR-163/277/469 e PR-158/180/182/280/483, e, de todos os seis leilões de concessões rodoviárias realizados em 2024, é considerado o mais robusto em investimentos.

O projeto de concessão prevê, segundo o Ministério dos Transportes, R$ 20,11 bilhões em investimentos ao longo do prazo de 30 anos. A pasta destaca a relevância da inclusão BR-277/PR, principal rodovia do Paraná, no lote. O trecho a ser concedido compreende as cidades de Foz do Iguaçu e Guarapuava e dá acesso ao Porto de Paranaguá.

Entre as intervenções, estão previstas a duplicação de 462,47 quilômetros da via, 31,4 quilômetros de faixa adicional e instalação de PPDs (Pontos de Parada e Descanso) voltados a caminhoneiros e transportadores que trafegam na rodovia.

De acordo com o edital, a Tarifa Básica de Pedágio máxima a ser considerada para o leilão do PR6 é de R$ 0,17578 para trechos homogêneos de pista simples, correspondentes ao valor básico da tarifa para a categoria 1 de veículos, referenciadas a abril de 2023.

Neste ano foi realizada a maior quantidade de leilões federais de concessões rodoviárias. Os leilões do governo federal realizados neste ano têm sido bastante concorridos, com disputas culminando no modelo por viva-voz. Entre os players, nota-se um volume diversificado de empresas, com presença de consórcios estreantes e fundos de investimentos em infraestrutura.

Leilão portuário

Já o leilão que será promovido na quarta-feira (18) pelo Ministério de Portos e Aeroportos para um novo mega terminal de granel mineral no porto de Itaguaí (RJ), conhecido como Área do Meio, teve ao menos um interessado na disputa, que acontecerá na B3, em São Paulo.

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PARA SANEAMENTO DEVE CAIR EM VOTAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Marília Sena, da Agência iNFRA

A Câmara dos Deputados deve retirar o benefício ao saneamento da regulamentação da Reforma Tributária. O PLP (Projeto de Lei Complementar) 68/2024, aprovado no Senado na última quinta-feira (12), previa a redução da alíquota de 60% do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e do CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços). O relator na Casa, Reginaldo Lopes (PT-MG), já vinha sinalizando a medida.

“Entendemos que o cashback para o saneamento é o melhor caminho”, disse Reginaldo Lopes. Segundo o Ministério da Fazenda, a redução de alíquota do saneamento gerou uma estimativa de aumento de até 0,38 ponto percentual na alíquota-padrão.

Para os parlamentares que apoiam a retirada, o cashback já prevê o retorno dos tributos pagos em serviços de saneamento aos mais pobres. “Quanto ao saneamento, para as pessoas que ganham até meio salário mínimo o cashback vai devolver os impostos imediatamente. Quanto aos estados, fizemos um acordo com os governadores de garantir ao menos 20%, mas caberá a cada Assembleia aumentar para quanto quiser”, declarou Reginaldo Lopes.

A Abcon Sindcon (Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto) contesta a mudança e afirma que "o setor de saneamento estudará todas as medidas possíveis e cabíveis para reverter o aumento da carga tributária dos serviços de água e esgoto antes que a reforma entre em vigor, onerando as contas da população em geral com pelo menos 18% de aumento, e dos beneficiários do cashback em 6,5%", disse em nota.

Para Christianne Dias, diretora-executiva da Abcon Sindcon, alguns dados apresentados pelo governo são imprecisos. Na visão da associação, "o cashback não resolve o problema dos mais vulneráveis, que terão tão somente um desconto no aumento das tarifas de água e esgoto – de 18% para 6,5%", afirmou à **Agência iNFRA**.

"O argumento também não leva em conta que o cashback atinge quem tem renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Como ficam as pessoas cuja renda familiar per capita é de meio salário mínimo + R$ 10,00 e que não entram nessa linha de corte? Elas são tão vulneráveis quanto as outras", contestou a decisão da Câmara dos Deputados.

A Casa deve retomar a votação do texto nesta terça-feira (17). Nesta segunda-feira (16), o parecer do deputado Reginaldo Lopes foi lido e discutido em plenário, mas o presidente da Câmara decidiu adiar a votação do mérito da matéria.

MPF OPINA PELA IRREGULARIDADE DA "JANELA EXTRAORDINÁRIA" PARA NOVOS MERCADOS DO TRIP

---

da Agência iNFRA

Manifestação da 3ª Câmara do Ministério Público Federal opinou pela irregularidade dos processo de abertura do mercado do Trip (Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros) conduzido pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Os procuradores pedem na Justiça a suspensão do processo de abertura de mercado do setor, o que até o momento não foi deferido. A agência informou que vai apresentar esclarecimentos aos procuradores sobre o tema.

A manifestação apresentada no âmbito de uma Ação Civil Pública da Amobitec, associação que reúne empresas do setor de transportes que estão se sentido prejudicadas com o modelo de regulação adotado pela agência, foi baseada numa perícia que apontou problemas diversos na resolução da agência sobre o tema.

O modelo aprovado pela agência em 2023 prevê uma abertura para os mercados não atendidos, na qual empresas podem solicitar linhas e, em caso de mais de uma solicitação, haverá um leilão para escolher o operador.

Já para os mercados atendidos, a agência apresentou um modelo que só permite novos entrantes se for demonstrado que há condições econômicas para todos operarem, sem permitir que as vagas atuais sejam disputadas, um dos motivos da ação da Amobitec, que entende haver um fechamento de mercado para os atuais operadores.

Segundo o MPF, há na proposta da agência "critérios voltados a resguardar margem de lucro às empresas que exploram o serviço" que devem ser revistos.

Outro problema detectado pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF é que "o Sistema de Pregão Eletrônico da ANTT para a realização do processo seletivo a ser realizado na janela extraordinária, no qual 'vencerá' aquele que ofertar maior lance, não oferece o mínimo da segurança necessária para resguardar a integridade do ato".

O MPF apresentou um agravo de instrumento para que a Justiça reveja a decisão de permitir que a agência siga no modelo atual de distribuição de linhas, cuja janela extraordinária fecha neste mês, propondo uma suspensão por 90 dias. A petição está neste link, o agravo, neste, e o parecer, neste link.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DÁ INÍCIO À CAMPANHA DE SEGURANÇA VIÁRIA RODOVIDA NAS FÉRIAS

da Agência iNFRA

O Ministério dos Transportes deu início nesta segunda-feira (16), por meio da Senatran (Secretaria Nacional de Trânsito), à campanha Rodovida 2024, que visa reduzir o número de sinistros e mortes por imprudência no trânsito. A iniciativa começa agora em dezembro, período de férias, e se encerra no domingo pós-Carnaval de 2025.

A campanha, realizada conjuntamente pela pasta com órgãos como a PRF (Polícia Rodoviária Federal), Detrans estaduais e municípios, integra o PNATRANS (Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito) e consiste em ações educativas de segurança viária e reforço na fiscalização.

O ministério disponibiliza gratuitamente em seu site todo o material de campanha, que poderá ser utilizado por entidades e empresas. Segundo a pasta, a mensagem que norteará todas as ações de segurança viária em 2025 é “Desacelere, seu bem maior é a vida”. O secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, explicou que, por ser órgão executivo, a Senatran atua na coordenação da ação e compila todas as ações do Rodovida em um painel de monitoramento.

“A meta do programa é a da ONU [Organização das Nações Unidas], que é atingir, em 2030, 50% de redução no índice de mortos por 100 mil habitantes”, afirmou.

A diretora do Departamento de Segurança no Trânsito na Senatran, Maria Alice Nascimento Souza, destacou que o painel de monitoramento deve ser abastecido com dados do governo e também da iniciativa privada. “Tenho certeza aqui que tem muita gente fazendo muita coisa. E nós queremos dar visibilidade, queremos demonstrar o que o nosso país está fazendo e quais são as ações, quais os estados”, disse ela.

---

i DIÁRIO OFICIAL

Procedimento competitivo – Portaria 1.105 do Ministério dos Transportes designa os membros titulares e suplentes da Cops (Comissão de Procedimento Competitivo Simplificado) no âmbito do Ministério dos Transportes.

Férias de ministros – O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, foi autorizado a tirar férias no período de 2 a 10 de janeiro de 2025. O ministro Fernando Haddad (Fazenda), tira férias de 2 a 21 de janeiro e de 11 a 20 de julho de 2025. Já o ministro das Cidades, Jader Filho, foi autorizado a tirar férias no período de 30 de dezembro de 2024 a 15 de janeiro de 2025.

Programa de Integridade – Decreto 12.311 da Presidência da República institui o Programa de Integridade da Presidência e Vice-Presidência da República.

Tarifas – Portaria 15.959 da Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) aprova o quarto reajuste do teto tarifário da tarifa de capatazia da carga importada em trânsito, carga exportada em trânsito e receitas teto previstas nos contratos de concessão de aeroportos.

Via Brasil – Deliberação 529 da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) aprova a celebração do quarto termo aditivo ao contrato de concessão da Via Bahia Brasil BR163 Concessionária de Rodovias.

Nova Rota do Oeste – Deliberação 542 da ANTT aprova a celebração do 13° termo aditivo ao contrato de concessão da concessionária Nova Rota do Oeste.

TAC – Deliberação 543 da ANTT aprova a celebração do termo de ajustamento de conduta junto à concessionária Autopista Fernão Dias.

---

i AGENDA

Lula – O presidente da República não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (17) até o fechamento desta edição.

Renan Filho – O ministro dos Transportes não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (17) até o fechamento desta edição.

Silvio Costa Filho – O ministro de Portos e Aeroportos não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (17) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad – O ministro da Fazenda não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (17) até o fechamento desta edição.

Senado – O Senado Federal realiza sessão plenária, às 14h. Na pauta, entre outros processos, está o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLP (Projeto de Lei Complementar) 121/2024, que institui o Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados).

Cadastro de obras públicas – A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), do Senado, reúne-se hoje (17), às 10h. Na pauta está o PL (Projeto de Lei) 1.343/2022, que cria cadastro informatizado de obras públicas custeadas com recursos federais.

Câmara – A Câmara dos Deputados realiza sessão plenária, às 13h55. A pauta não havia sido divulgada até o fechamento desta edição.

Concessão da BR-163/MS – A ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) realiza, em Campo Grande (MS), sessão pública para apresentar a proposta de readaptação e otimização do contrato de concessão da rodovia BR-163/MS, sob responsabilidade da MSVia. A audiência ocorrerá às 8h, no horário local, e às 9h, no horário de Brasília. Saiba mais neste link.

Reunião da ANA – A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) realiza reunião de diretoria, às 14h30. Na pauta, destaque para deliberação sobre relatório de análise das contribuições e ato normativo que aprova a norma de referência para prestação dos serviços, atendimento ao público e medição, faturamento e cobrança dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Ifat Brasil – A Ifat Brasil (Feira Internacional para Água, Esgoto, Drenagem e Soluções em Recuperação de Resíduos) realiza, às 9h, um café da manhã de encerramento do ano. Na ocasião, serão apresentados o balanço de 2024, investimentos e tendências do setor. O evento ocorre na sede da Messe Muenchen do Brasil.

MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS
Câmara dos Deputados
PDL 543/2024 – **Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Sérvia**: A proposta foi recebida pela CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).

PL 375/2024 – **Dispõe sobre a federalização do crime de roubo de cargas seguradas**: A proposta foi recebida pela CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).

PL 2.791/2022 – **Dispõe sobre a arbitragem em matéria tributária e aduaneira**: A proposta foi recebida pela CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania).

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS
Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.

FIQUE DE OLHO

Recesso – Os boletins diários da **Agência iNFRA** (Transportes e Regulação e iNFRAEnergia) não serão publicados entre os dias 23 de dezembro de 2024 e 5 de janeiro de 2025, devido ao período de festas de fim de ano. Neste período, notícias urgentes e informações de maior relevância serão enviadas pelo aplicativo de mensagem dos clientes cadastrados. Caso não receba os alertas de WhatsApp da **Agência iNFRA**, responda a este e-mail com o número para que possamos cadastrá-lo. Os boletins enviados diariamente via e-mail voltam a ser publicados em 6 de janeiro.

Nota de repúdio do Sinagências – Nesta segunda-feira (16), o Sinagências divulgou nota de repúdio contra a atuação da diretoria colegiada da Anvisa. De acordo com o sindicato, a agência descumpriu o decreto presidencial sobre a regra de convocação de substitutos em caso de vacância no cargo de diretor. Leia a íntegra neste link.

Aeroporto do Piauí – O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta segunda-feira (16) da entrega das obras de ampliação do aeroporto de Teresina, realizadas pela concessionária CCR com investimentos de R$ 166 milhões. A obra foi concluída em menos de 12 meses, sendo destacada pelo ministro como uma das mais rápidas da aviação brasileira. Mais informações neste link.

Financiamento à aviação – O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou financiamento de R$ 1,1 bilhão para a exportação de oito jatos comerciais E190-E2 e/ou E195-E2 da Embraer para a Azorra. As entregas estão previstas entre este mês e 2025. Este é o terceiro financiamento do banco para a empresa, atualmente a quarta maior arrendadora de aeronaves regionais. Saiba mais neste link.

Compra de aeronaves – O Ministério da Defesa de Portugal firmou contrato com a Embraer para a compra de 12 aeronaves A-29N Super Tucano, destinadas à Força Aérea Portuguesa. Portugal será o cliente inaugural da nova versão da aeronave de treinamento avançado e ataque leve. Mais informações neste link.

Free flow – Segundo pesquisa do Sem Parar, neste ano, o modelo de pedágio free flow, iniciado na BR-101 (Rio-Santos), expandiu para outras sete rodovias. O levantamento indica que o conhecimento sobre a tecnologia aumentou de 27% para 57%, e o uso cresceu 77%, passando de 13% para 23% de motoristas que utilizam o sistema.

Recursos hídricos – A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) lançou, na última semana, três publicações sobre a gestão da água no Brasil: o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos – Informe 2024; o Guia de Automonitoramento do uso da água; e o Manual de Usos Consuntivos. Acesse as publicações e saiba mais neste link.

Cálculo tarifário de saneamento – A Agepar (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná) aprovou a abertura de consulta pública para discutir as metodologias de cálculo tarifário da 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná). As sugestões poderão ser enviadas a partir desta quarta-feira (18). Saiba mais neste link.

Plano de sucessão da Ultrapar – A Ultrapar informou que iniciou o processo de transição para a presidência da companhia, com conclusão prevista para abril de 2025. Marcos Marinho Lutz será indicado para presidente do Conselho de Administração. Rodrigo de Almeida Pizzinatto deve assumir como diretor-presidente, e Alexandre

Palhares ocupará o cargo de diretor financeiro e de Relações com Investidores. Saiba mais neste link.

i CLIPPING

Leilões desta semana devem gerar R$ 16,3 bi

Lote 6 de rodovias do Paraná atraiu oferta da EPR; três terminais portuários serão licitados. (Valor, Folha de S. Paulo)

____

Galeão: governo federal fecha acordo para manter concessionária no aeroporto

Acerto ainda precisará passar pelo plenário do TCU. (O Globo)

____

Sky Airlines inaugura voo entre Rio e Montevidéu, sua 10ª rota no país e mais uma para o Galeão

Acerto ainda precisará passar pelo plenário do TCU. (O Globo)

____

Aéreas: Corregedor de Justiça flagra fundo que compra dano moral de passageiros

Desembargador foi abordado via celular para vender crédito por atraso em voo. (Folha de S. Paulo)

____

Embraer faz 1ª venda do Super Tucano no padrão Otan

Portugal vai pagar R$ 1,2 bi por 12 caças, ampliando espaço da fabricante na aliança ocidental. (Folha de S. Paulo)

____

Novo texto da reforma tributária corta benefício de saneamento e recoloca refrigerante no Imposto Seletivo

Câmara faz alterações no texto vindo do Senado; relator diz que mudanças reduzem alíquota do IVA em 0,7 ponto percentual. (Folha de S. Paulo, Valor)

____

Das mais de 8.000 obras anunciadas por Nunes, apenas 16% são novas

Até setembro, restava concluir 23% das intervenções; Prefeitura de São Paulo estima que não baterá meta. (Folha de S. Paulo)

____

Brasil pode arrecadar R$ 120 bi com petróleo em 2025, projeta IBP

Instituto calcula que produção nacional de óleo bruto terá crescimento próximo de 6% no ano que vem, com ganhos de R$ 600 bilhões para o país. (Valor)

____

SLB e Petrobras assinam contrato de US$ 800 mi

Contrato envolve perfuração e análise de 70 a 75 poços de petróleo e gás no Brasil, entre outras atividades. (Valor)

____

Olho gordo sobre a Petrobras

Mudanças simultâneas na Petrobras e na Agência Nacional do Petróleo elevam temor de interferência do governo. (Estadão)

____

Em novo gesto ao Congresso, governo indica nomes do Senado a agências reguladoras

Mesmo com o movimento, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presente nas articulações dos nomes, avalia que as sabatinas ficarão para 2025. (Valor)

____

Reforma tributária: refinaria da Atem beneficiada por relator no Senado está parada desde junho
Concorrentes reclamam que empresa vende combustíveis a outras partes do País pagando menos imposto, o que pode piorar com nova redação da reforma; procurada, empresa afirma que refinaria está em manutenção e volta em 2025. (Estadão)

____

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–